

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA**  
2 **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**  
3 **(GD6), REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2021 POR VIDEOCONFERÊNCIA**

4 Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta  
5 minutos, deu-se início a 2ª Reunião Extraordinária do ano de 2021 do Comitê da Bacia  
6 Hidrográfica do dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-  
7 Pardo GD6), realizada de forma não presencial, pela plataforma Google Meet, para  
8 discussão dos seguintes itens de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente  
9 do Comitê, execução do Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das  
10 justificativas de ausência; **Item II** - Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária do dia  
11 17/06/2021; **Item III** - Aprovação da Deliberação da Câmara Técnica do Plano Diretor;  
12 **Item IV** - Apresentação: Avaliação, acompanhamento e implementação do **Plano**  
13 **Diretor de Recursos Hídricos** – PDRH GD6 com Allan (IGAM); **Item V** -  
14 Pronunciamentos dos Coordenadores da Câmara Técnica do Plano Diretor – CTPD e  
15 da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC para atualizar os conselheiros  
16 sobre as metas do Plano Diretor  
17 ([https://drive.google.com/drive/folders/1xUpyKL2lZHqm-2\\_2lY6e8OiCybrOyl-](https://drive.google.com/drive/folders/1xUpyKL2lZHqm-2_2lY6e8OiCybrOyl-1?usp=sharing)

18 [1?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1xUpyKL2lZHqm-2_2lY6e8OiCybrOyl-1?usp=sharing)) e a cobrança pelo uso do recurso hídrico; **Item VI** - Encerramento.  
19 **Membros presentes:** Na reunião estiveram presentes 30 (trinta) membros,  
20 representando 29 (vinte e nove) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria:  
21 **Presidente Rogério Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais**  
22 **de Saneamento - ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do**  
23 **Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD) e Secretária**  
24 **Adjunta Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os seguintes**  
25 **Conselheiros: Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais -**  
26 **PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas -**  
27 **IGAM), Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural**  
28 **do Estado de Minas Gerais - EMATER), Aparecido Venâncio Martins (Secretaria**  
29 **de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Acássio José**  
30 **Paese (Polícia Civil de Minas Gerais), Giovanni Adison Grande (Secretaria de**  
31 **Estado de Saúde - SES), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL; Samira**  
32 **Frões de Oliveira (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Antônio Carlos Alvisi**  
33 **(Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura**  
34 **Municipal de Andradas), Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de**  
35 **Muzambinho), representantes do PODER PÚBLICO MUNICIPAL; Mário**  
36 **Montingelli Neto (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato**  
37 **Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio S/A), Cláudia de Souza (DME Energética S.A.),**  
38 **Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais -**  
39 **FIEMG), Luiz Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de**  
40 **Poços de Caldas - ASMIPC), representantes dos USUÁRIOS; José Edilberto da**  
41 **Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Kelly Ribeiro de Andrade**  
42 **Almeida Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio**  
43 **Grande – ARPA Rio Grande), Irinéia Ardissom da Silveira Souza (ONG Planeta**  
44 **Solidário), Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia**  
45 **Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ana**  
46 **Paula Brescancini Rabelo (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade**

47 **Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ângela Maria**  
48 **Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de**  
49 **Minas Gerais - CREAMG), Valnei José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e**  
50 **seus afluentes - NARP) e Sebastião Marcos Vilela (Instituto Federal do Sul de**  
51 **Minas - Campus Muzambinho), representantes da SOCIEDADE CIVIL. Também**  
52 **estiveram presentes os seguintes convidados: Maria de Lourdes Amaral Nascimento**  
53 **(Gerente de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação a Gestão**  
54 **Participativa – GECBH – IGAM), Robson Rodrigues dos Santos (Gerência de**  
55 **Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação a Gestão Participativa –**  
56 **GECBH – IGAM), Allan de Oliveira Mota (Gerente de Planejamento de Recursos**  
57 **Hídricos – IGAM) e Rosângela Santos (Gerência de Planejamento de Recursos**  
58 **Hídricos – IGAM); Item I - A reunião foi aberta pelo Presidente Rogério, o qual**  
59 **agradeceu a presença de todos e desejou uma boa reunião. Na sequência, ele solicitou**  
60 **a execução do Hino Nacional e convidou todos a cantarem. Verificou-se o quórum e a**  
61 **secretária fez a leitura das justificativas de ausências. Na sequência, o presidente**  
62 **Rogério passou para o Item II - Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária do dia**  
63 **17/06/2021; sem manifestações, a referida ata foi aprovada, passando-se para o Item**  
64 **III - Aprovação da Deliberação da Câmara Técnica do Plano Diretor - CTPD; o**  
65 **Presidente Rogério explicou que esta DN de recomposição para aprovação foi feita**  
66 **para deixar somente os nomes das instituições/entidades como membros da CTPD, ao**  
67 **invés dos nomes dos conselheiros, pois assim não teria problemas quando houvesse**  
68 **troca de conselheiro. E perguntou se todos os membros da CTPD presentes na**  
69 **reunião, gostariam de continuar fazendo parte da CTPD. Neste momento, a conselheira**  
70 **Camilla se manifestou e alegou que, como a Pref. de Muzambinho já participa de outra**  
71 **CT em outro Comitê, se houvesse alguma outra entidade que quisesse substituí-los,**  
72 **não haveria problemas. Porém, o coordenador da CTPD, Antônio Carlos respondeu**  
73 **que é importante a participação da Pref. de Muzambinho na CTPD e a conselheira**  
74 **Camilla concordou em continuar participando da mesma. O conselheiro Newton**  
75 **Eleutério também se manifestou dizendo que se não houvesse outra entidade**  
76 **interessada em fazer parte, que a PMMG continuaria. Sem mais manifestações, a DN**  
77 **de recomposição do Plano Diretor foi aprovada. O Presidente Rogério passou então**  
78 **para o Item IV - Apresentação: Avaliação, acompanhamento e implementação do**  
79 **PDRH GD6 com Allan (IGAM); o gerente Allan agradeceu a presença de todos e o**  
80 **convite para esta apresentação e disse que este trabalho vem sendo feito há algum**  
81 **tempo no CBH do Grande e que trará algumas informações importantes para todos.**  
82 **Disse que trata-se de uma oficina de trabalho e que esta metodologia não é do IGAM e**  
83 **sim do Sistema de gerenciamento de recursos hídricos de monitoramento e**  
84 **acompanhamento, e que estas informações foram coletadas junto com os Comitês de**  
85 **bacia. Neste momento, ele abriu a planilha Avaliação, Acompanhamento e a**  
86 **Implementação do PDRH da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-**  
87 **Guaçu e Pardo – CBHGD6 e destacou que o Plano Diretor é um dos instrumentos de**  
88 **gestão da política tanto nacional quanto estadual, de recursos hídricos e que esta**  
89 **apresentação ficará disponível para todos. Falará muito da CH que é a antiga unidade**  
90 **de planejamento de gestão de recursos hídricos - UGH's e que agora, a partir da DN 66**  
91 **do Conselho Estadual, passaram a chamar CHs (Circunscrições Hidrográficas), mas é**  
92 **a mesma área, as 36 bacias que já estamos acostumados a trabalhar e em cada uma**

93 delas tem um Plano Diretor de bacia hidrográfica. Disse que o nosso PERH é de 2010  
94 e convidou todos a participarem com suas colaborações, a entender melhor destes  
95 processos, pois o plano é feito para a sociedade. Destacou também o instrumento  
96 “enquadramento de corpos de água” que considera muito importante, que tem relação  
97 direta com os planos, com outorga de direito de uso, com outorga de lançamento de  
98 efluentes, com licenciamento ambiental, com a cobrança do uso da água e que,  
99 quando tiver agencia aqui na bacia, ele acredita que seria um dos primeiros  
100 encaminhamentos do Comitê, a elaboração do enquadramento dos corpos de água.  
101 Outro instrumento é o sistema de informações sobre recursos hídricos e que algumas  
102 bacias já tem, principalmente as que tem agência, que já conseguiram dar os  
103 encaminhamentos, pois é feito em parceria com os técnicos. Neste momento, a  
104 conselheira Maria Teresa interveio e perguntou sobre este enquadramento, se deve vir  
105 junto com o Plano Diretor, por onde se começaria então. Allan respondeu que, para  
106 que seja implementada a cobrança pelo uso da água tem que haver um Plano Diretor  
107 na bacia, pois este plano é para todos entenderem melhor a bacia, seus problemas e  
108 desafios. Já o próximo plano, que provavelmente será elaborado pelos técnicos da  
109 agencia, será um plano chamado de segunda geração, que tem uma realidade e uma  
110 capacidade de execução diferentes. Então, apesar deste atual Plano Diretor já ter 10  
111 anos, boa parte das ações não foram executadas. Mas este não é um caso somente  
112 deste Comitê, e sim de vários Comitês de Minas e do Brasil. Especificamente sobre o  
113 enquadramento, se ele for feito após o início da cobrança, será até melhor, pois assim  
114 com base no montante arrecadado, poderá dimensionar melhor as ações do  
115 enquadramento. A conselheira Maria Teresa respondeu que nas simulações que já  
116 foram feitas, o valor arrecadado será irrisório. E propôs fazer uma simulação, um  
117 cenário, uma projeção com o que já se tem, para se ter uma certeza do que poderá ser  
118 feito. Allan disse que todos os pontos precisam estar funcionando bem para que se  
119 tenha um bom desenvolvimento para a gestão de recursos hídricos. E mostrou os  
120 valores que comprovam isto, que mesmo onde se tem um valor baixo de cobrança, os  
121 Comitês tiveram uma capacidade melhor de execução e de implementação dos planos  
122 de bacia, inclusive quando houve contingenciamento de recursos repassados ao  
123 Comitê. A conselheira Ângela interveio e disse que o enquadramento não depende só  
124 dos Comitês de bacia, é um instrumento de gestão, que deve ser aprovado pelo CERH  
125 e o Conselho de Meio Ambiente e por isto deve-se ter um instrumental da área  
126 ambiental de licenciamentos e de uso dos recursos hídricos e que no entendimento  
127 dela, o enquadramento seria quase o ápice para se fechar a questão de gestão da  
128 bacia. Então depende de muita negociação e que isto deve ser mais amadurecido na  
129 CTOC. Allan disse que é exatamente isto, que no Plano Diretor existem ações para  
130 cada um destes instrumentos e que serão analisados um a um e prosseguiu  
131 apresentando as metas, gráficos, mapa das regiões e a execução do Plano Diretor em  
132 cada uma delas, o escalonamento da evolução da legislação ao longo do tempo, as  
133 duas principais que são a 145 do CNRH a DN 54/2017 do Conselho Estadual, e que  
134 ambas colocam conteúdo mínimo e os procedimentos para elaboração do PDRH.  
135 Destacou que, no caso do Plano Diretor, ele é aprovado apenas pelo Comitê e não  
136 mais pelo CERH e o enquadramento é aprovado no Comitê e posteriormente no  
137 CERH, não vai no COPAM. Mas que depois vai marcar uma conversa sobre o  
138 enquadramento mais especificamente. Mostrou que o Plano Diretor é sempre

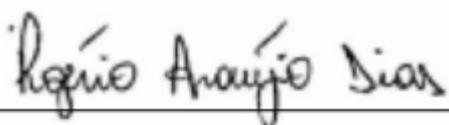
139 construído em 3 etapas: diagnóstico (dados primários), prognóstico (dados  
140 secundários) e plano de ação (com a participação dos municípios, da população).  
141 Exemplificou os componentes e ações e ressaltou o quanto é importante ter esta visão  
142 para saber monitorar as ações do plano. Com base em tudo isto, foi criado o Aprimora  
143 PDRH, que é o Programa de Aprimoramento de Implementação dos Planos Diretores  
144 de Recursos Hídricos que vem sendo desenvolvido desde 2017 com 4 eixos de  
145 atuação: o acompanhamento da elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de MG,  
146 o acompanhamento da implementação dos Planos de Recursos Hídricos de MG,  
147 realizar e divulgar estudos técnico-científicos e capacitar os membros do SEGRH.  
148 Explicou que o acompanhamento do Plano é feito através de 2 índices: IPA e ISG e  
149 explicou cada planilha que foi preenchida pelo Comitê, pois desde 2019 vêm fazendo o  
150 monitoramento de cada CBH e explicou que cada indicador representa uma ação do  
151 Plano Diretor, portanto, se tem 1079 indicadores, significa que tem 1079 ações. Este  
152 indicador nada mais é que um norte para o trabalho, para monitorar se as metas estão  
153 sendo atingidas. Então, ao longo do monitoramento, se perceber que algum indicador  
154 está em vermelho, o que significa que a ação não está sendo bem executada, tem que  
155 rever a forma de implementação da mesma. E explicou a importância de se criar os  
156 níveis, pois se uma ação precisa de mais de 5 níveis para ser detalhada, ela não é uma  
157 ação, ela é um problema que tem que ser incluído em um conjunto de ações que vai  
158 ser um problema para ser executado. É um conjunto que define melhor uma ação, o  
159 seu custo e quem vai executar. Como os planos anteriores não traziam os indicadores,  
160 este foi um processo evolutivo para dar sugestões para melhoria destes instrumentos.  
161 Elogiou o nosso Plano Diretor pois a maioria dos planos que foram feitos depois do  
162 plano do GD6 não traziam estas informações, que dão um horizonte para entender  
163 melhor o que é esperado deste problema. Após a elaboração e a aplicação destes  
164 indicadores, eles inserem os resultados na matriz de análise, e disse que existe uma a  
165 nível de componente e uma a nível de todo o plano. E disse que este ano teve uma  
166 melhora das informações porque os conselheiros participaram mais, houve mais  
167 mobilização e envolvimento, o que deve ser feito sempre. Destacou que estamos  
168 avançando, especialmente na Bacia do Grande e seguiu apresentando os índices e  
169 informações que foram preenchidos nas planilhas Índice de Implementação do Planos  
170 de Ações- IPA e Índice de Suporte à Gestão -ISG e que podem ser consultados através  
171 do link que ele disponibilizou no Google Drive, inclusive para que as informações  
172 possam ser inseridas durante o ano. Um detalhe importante é que a medida que a  
173 gestão vai evoluindo, os indicadores vão mudando, e muitas vezes precisam ser  
174 ajustados continuamente de acordo com a realidade. No componente 2, ele destacou  
175 os itens 2.3, de coleta de efluentes e o 2.4 de tratamento de efluentes para que se  
176 observe a qualidade da água, e exemplificou uma situação comum, onde se tem uma  
177 coleta alta de efluentes domésticos, mas tratamento quase inexistente. Isto não quer  
178 dizer que vamos atacar as concessionárias ou prefeituras por não estarem fazendo o  
179 que deveriam fazer. O objetivo é criar caminhos para implementação e não apontar  
180 culpados. Se isto está acontecendo na bacia, vamos buscar as causas e tentar dar os  
181 encaminhamentos. A agenda de saneamento é uma agenda parceira para melhor  
182 execução da gestão de recursos hídricos. E explicou que foram incluídos 3 novos  
183 indicadores importante, o 2.5 que é o de Planos Municipais de Saneamento Básico -  
184 PMSB para saber quantos existem na bacia e quantos foram implementados, e

185 explicou que foi incluído agora porque em uma avaliação que está sendo feita de 2017  
186 se percebeu que boa parte dos investimentos feitos com base na cobrança pelo uso da  
187 água na parte de saneamento, foi o apoio na elaboração dos PMSB nos municípios da  
188 bacias. E isto é uma atuação estratégica, pois a partir do momento que os municípios  
189 já possuam os seus planos, eles podem buscar recursos determinados. Além de que,  
190 com base neste plano, o município vai saber melhor qual é a situação do saneamento.  
191 O 2.6 é o repasse dos recursos da cobrança, que foi uma solicitação do CERH para  
192 entende se o recurso da cobrança estava sendo contingenciado ou não. E isto foi  
193 importante para entender que mesmo aqueles recursos que não estavam chegando em  
194 sua totalidade, foi possível manter a agência de bacia a curto prazo. E também o item  
195 2.7 das áreas de conflito, que ele não detalhou pois disse que será falado depois.  
196 Depois passou para o componente 3 que são informações relacionadas ao Comitê de  
197 Bacias, e destacou que o primeiro item do Plano Diretor é o fortalecimento do Comitê  
198 para que ele desenvolva o melhor trabalho possível. Falou sobre a importância da  
199 frequência dos conselheiros titulares e suplentes, destacando que estes últimos tem  
200 direito à fala, somente não tem direito ao voto quando o titular está presente. E seguiu  
201 demonstrando os outros indicadores e exemplificou com problemas que já ocorreram  
202 em outros Comitês. Posteriormente, explicou as matrizes, onde o cálculo é automático  
203 de acordo com as informações que foram inseridas e os resultados demonstram o  
204 percentual alcançado até o momento na bacia. Destacou que quando não se tem  
205 agência de bacia para acompanhar a execução das atividades, isto pode ser feito pelo  
206 IGAM e também pelas universidades, por exemplo. Ou seja, a intenção é fazer um  
207 acompanhamento contínuo para que até o final dos vinte anos do Plano Diretor, as  
208 ações tenham sido totalmente executadas. A conselheira Maria Teresa interveio e  
209 perguntou se estes resultados são da bacia como um todo ou só de uma parte. Ele  
210 respondeu que é como um todo. E prosseguiu demonstrando os demais indicadores e  
211 sua importância para se tenha uma visão geral da bacia. Sobre o cadastro de usuários,  
212 disse que não compensa contratar uma empresa para fazer este trabalho, pois hoje  
213 ficaria de 500,00 a 700,00 por usuário cadastrado e que é melhor fazer campanhas de  
214 cadastro. A conselheira Maria Teresa perguntou se neste caso não poderia ser feito em  
215 conjunto com os órgãos que já fazem estas atuações, como a PMMG, a Emater, que  
216 estão em campo e já tem estas informações. Allan respondeu que isto é ótimo e pediu  
217 que a conselheira Laene explicasse os projetos que a FIEMG vem fazendo em parceria  
218 com os órgãos de Meio Ambiente. Ela disse que o projeto agora é contínuo, que  
219 incorporou o projeto Minas Sustentável e agora tem o FAP em parceria com a SEMAD.  
220 E Allan disse que basicamente o projeto funciona assim: dão um prazo para que o  
221 empreendimento se regularize, a FIEMG dá o apoio técnico informando qual é o  
222 procedimento que este empreendimento tem que se adequar, durante este prazo não  
223 há fiscalização, e após este período os fiscais vão lá para verificar se está atendendo a  
224 legislação. A intenção é que novos programas sejam criados desta forma. Disse que  
225 tem outro com a associação de polvilheiros na bacia do Grande, no GD5, e que ele não  
226 sabia do impacto que isto causava no ambiente e esta associação faz o papel que a  
227 FIEMG faz. A conselheira Ângela interveio e colocou dois pontos: em relação ao  
228 cadastro de outorga, disse que tem aqui na bacia a sazonalidade e que por isto, o CBH  
229 teria que pensar muito sobre isto. E, em segundo ponto ela questionou qual é o grau  
230 de confiabilidade destas informações que são apresentadas neste trabalho, como são

231 parametrizadas. Allan disse que, com relação à metodologia, ela não é dele mas que  
232 foi adaptada e aprovada pelo CERH e destacou que alguns planos federais foram feitos  
233 em conjunto com a ANA usando este piloto. Com relação às informações, elas serão  
234 refinadas em conjunto com as Câmaras Técnicas de Plano Diretor. Com relação ao  
235 ISG o grau de confiabilidade é de 98%. Os pilares dos indicadores são a flexibilidade e  
236 que eles são mensuráveis. O conselheiro Eduardo pediu a palavra e lembrou que este  
237 é o primeiro modelo que tem como indicador, que o Brasil nunca tinha feito isto antes,  
238 tem 23 anos de lei deste modelo de gestão participativa descentralizada e não se  
239 organizarem minimamente para fazer um feedback, então esta proposta de indicadores  
240 é referenciada própria ANA porque estão tentando fazer este exercício de dar retorno.  
241 E concordou com a Ângela que temos que ter dados sempre fiéis para ter um resultado  
242 fiel. A conclusão é que se implementa mal a lei, os instrumentos de gestão, os planos.  
243 O enquadramento e o plano são ferramentas de planejamento e os outros são de ação.  
244 e reforçou que precisamos nos atentar para as agendas, programas, ações e que se  
245 temos um plano, temos que segui-lo. E que isto tudo é importante até mesmo para a  
246 implementação da cobrança agora. Portanto, se não executar o plano minimamente,  
247 todo o trabalho é perdido. Allan continuou demonstrando os indicadores da planilha,  
248 avaliando os pontos a serem melhorados e o que evoluiu até o momento. Ao final, ele  
249 sugeriu a seguinte opção: sentar em uma mesa e discutir as ações, os temas e disse  
250 que a Rosângela vai participar das reuniões da CTPD daqui pra frente, dando todo o  
251 suporte que for necessário para que as ações sejam tomadas e sugeriu também que a  
252 Câmara Técnica repasse todas as informações para a Plenária, porque só a diretoria  
253 não consegue fazer todo este trabalho sozinha. E futuramente se tudo der certo, irá ter  
254 todo este acompanhamento via sistema. Para entender melhor, ele explicou que no  
255 caso do GD6 estão com problemas nos 2 índices, então tem que ser dado o  
256 encaminhamento. De 2011 a 2020 havia previsão de execução de quase 70% das  
257 ações. Não é a pior distribuição, mas também não é a melhor. Como já tem 10 anos e  
258 já tem a necessidade de fazer uma revisão destas ações, isto não vai afetar tanto, na  
259 hora que for discutir cada uma delas pode-se distribuir isto ao longo do tempo. No  
260 geral, quando os planos são revisados, os problemas são praticamente os mesmos:  
261 parte qualitativa (qualidade da água): impacto, saneamento, lançamento de efluentes.  
262 Parte quantitativa (uso em excesso, uso sem eficiência): os maiores usuários são  
263 irrigação, pecuária, abastecimento público, indústria. Mas não quer dizer que eles são  
264 os vilões, pelo contrário, são os principais autores que podemos trazer para discutir e  
265 verificar como podemos apoiar a melhoria da eficiência do uso da água, indicações de  
266 como trazer, quais os pontos que podemos trabalhar. Destacou que uma revisão do  
267 plano vai refinar e apontar onde estão os principais problemas, mas não adianta fazer  
268 revisão se não houver condições de executar continuamente, por isto é muito melhor  
269 fazer a revisão quando já tiver a agência de bacia implantada. A execução será de  
270 acordo com a capacidade de execução, tanto técnica quanto financeira. E pode ser  
271 feito inclusive a contratação do enquadramento já com a revisão do Plano Diretor  
272 porque existem as fases de diagnóstico e prognóstico que são conjuntas, servem para  
273 os dois e poderiam ser utilizadas para os dois e é uma forma de economizar recursos e  
274 otimizar o tempo. Concluiu dizendo que apenas 19,79% do plano foi executada e tem 3  
275 componentes sem nenhuma execução, mas isto envolve muitos entes externos. O  
276 sistema de gestão de recursos hídricos prevê: a implantação da agência, um programa

277 de educação ambiental e a elaboração de um sistema, estes são os pontos que tem os  
278 que pensar. Como sugestões para o trabalho, disse que seria acompanhar de forma  
279 continua, com maior participação e envolvimento de todos, inclusive com o  
280 acompanhamento do IGAM. E destacou as ações que necessitam de recursos,  
281 cobrança e agência. A palavra foi passada para o coordenador da CTPD, Antônio  
282 Carlos, que parabenizou o Allan pela apresentação e disse que se preocupa com  
283 relação à cobrança, que concorda que ela tem que ser feita, mas que deveriam sim ter  
284 uma relação dos outorgados da bacia. Citou o exemplo da Danone e dos plantadores  
285 de batatas que não tinham esta outorga. Por isto era necessário conhecer quem tem. E  
286 destacou a importância da maior participação das prefeituras e prefeitos no Comitê,  
287 deles entenderem o que é o Plano Diretor, também a participação da ANA, do  
288 Ministério do Meio Ambiente, da FUNASA, etc. e ressaltou que sem o apoio do IGAM  
289 isto seria inviável. E disse que não se preocupa com a avaliação do Comitê estar ruim,  
290 pois isto motiva a fazer um trabalho cada vez melhor, em conjunto com o IGAM e os  
291 órgãos citados. Allan agradeceu a participação dele e os trabalhos que tem feito como  
292 coordenador da CTPD e continuou apresentando os indicadores e explicou como o  
293 Comitê pode ir melhorando os mesmos. Terminou mostrando a planilha com os valores  
294 preenchidos desde 2018 a 2020. O presidente Rogério agradeceu a apresentação do  
295 Allan e abriu as perguntas, iniciando pelo chat do YouTube, com a pergunta da  
296 internauta Andresa Schpallir: “Quando o município vai ter que refletir o plano de bacias,  
297 como proteger as áreas legais que estão sofrendo pressão econômicas? Onde acessar  
298 esta base de dados e o enquadramento dos nossos rios? Como fazer esta resolução  
299 acontecer aqui na CNRH 145? Artigo 6º Os estudos elaborados referentes ao Plano de  
300 Recursos Hídricos serão divulgados... Sobre a ausência das audiências públicas?”  
301 Allan respondeu que as áreas sujeitas à restrição de uso, basicamente estas áreas que  
302 precisamos ter uma atenção especial, no Plano Diretor, elas são chamadas de “áreas  
303 sujeitas à restrição de uso”. Disse que a Câmara Técnica vai discutir se esta área  
304 identificada se torna de restrição de uso por tempo ou por tipo de uso ou por uso e  
305 ocupação, vai depender do que o Comitê sugerir. Portanto, a primeira opção é o Plano  
306 trazer as áreas de restrição de uso e se identificarem que as informações não são  
307 suficientes, tem que ser contratada a revisão. A segunda opção é o enquadramento  
308 pois ele já mostra que áreas deverão ser mais protegidas (classe 1), as que tem uso  
309 mais comum (classe 2) e as que já tem uma certa degradação (classe 3 ou classe 4). A  
310 partir do momento que já tiver este instrumento já vai dar pra identificar as áreas que  
311 são destinadas na bacia. Com relação à divulgação do Plano, à medida que forem  
312 feitas mais ações, pode-se fazer como tem sido feito no GD7, fazendo oficinas para  
313 envolver mais os participantes (no caso do saneamento por exemplo, chamam as  
314 Prefeituras, concessionárias, população) para discutir sobre os temas. O presidente  
315 Rogério tomou a palavra e agradeceu novamente e destacou a importância de ver o  
316 Plano Diretor destrinchado e direcionado. Disse que a meta de trabalho do Comitê  
317 agora está mais transparente. Logo após, passou para o último item da pauta **Item V -**  
318 **Pronunciamentos dos Coordenadores da Câmara Técnica do Plano Diretor –**  
319 **CTPD e da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC para atualizar os**  
320 **conselheiros sobre as metas do Plano Diretor e a cobrança pelo uso do recurso**  
321 **hídrico;** porém, como o coordenador da CTPD já havia falado anteriormente, ele  
322 passou a palavra para o coordenador da CTOC, Juvenal, que agradeceu ao Allan pela

323 disposição e pela clareza com que apresentou os indicadores. Ressaltou a importância  
324 de compreendermos bem quais são as ações de responsabilidade do Comitê, quais  
325 são as de outros entes e como fazer para acelerar a ocorrência delas. A respeito da  
326 outorga, disse que ela é um instrumento de gestão e a cobrança vai ocorrer somente  
327 sobre os outorgados e não sobre o uso insignificante (pequenos proprietários) e que  
328 isto precisa ficar claro para as pessoas e que este instrumento pode ocorrer  
329 concomitantemente com eventuais alterações no Plano Diretor e todas são  
330 necessárias. Disse ainda que a cobrança é uma questão dinâmica e que deverão  
331 ocorrer mudanças até a implantação. Sobre o uso insignificante, lembrou de um  
332 trabalho (fiscalização) que fez há 20 anos atrás com os produtores de polvilho da  
333 cidade de Cachoeira de Minas. Disse que ficou muito clara a questão de que todos  
334 precisavam tomar cuidado com os produtores que estavam abaixo. Isto faz com que a  
335 maior parte deles busque a regularização, seja através de outorga ou de uso  
336 insignificante. Allan respondeu que, com certeza o impacto dos usos insignificantes  
337 serão avaliados novamente em uma revisão. O Conselheiro José Edilberto chamou  
338 atenção e fez a leitura de mais uma pergunta no chat do Youtube, do internauta  
339 Itaymbere PuriCoroados: “Gostaria de saber quando a COPASA entregará o relatório  
340 de contaminação por agrotóxicos na água que nos vendem!! O Sul de Minas quase  
341 todo nenhuma cidade foi avaliada. Posso participar da próxima reunião?”. O presidente  
342 Rogério respondeu que ele pode enviar um e-mail para o Comitê para que o mesmo  
343 seja encaminhado ao representante da Copasa. Quanto à participar da próxima  
344 reunião, ele vai verificar e responder por e-mail também. José Edilberto pediu ao Allan  
345 que falasse sobre esta questão dos agrotóxicos que já foi pautado em reuniões  
346 anteriores, porém o Allan respondeu que pelo horário, seria melhor deixar para tratar  
347 na reunião da Câmara Técnica. Informou que a Gerência de Monitoramento de  
348 Qualidade da Água tem acompanhado, que os relatórios anuais já trazem a  
349 contaminação por tóxicos, mas que seria melhor coletar informações atualizadas. O  
350 presidente Rogério agradeceu a participação de todos e a produtividade da reunião.  
351 Nada mais havendo a tratar, a 2ª Reunião Extraordinária do ano de 2021 do CBH  
352 Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às 13h05min.



Rogério Araújo Dias  
Presidente CBH – GD6